CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231 1518

PROCESSO CEE Nº: 601/95 - Ap. Prot. DE Presidente Prudente
nº 2.832/95

INTERESSADA: EEIPG Centro Educacional Machadinho

ASSUNTO: Convalidação de atos escolares

RELATOR: Cons. Mário Ney Ribeiro Daher

PARECER CEE Nº 760/95 - CEPG - APROVADO EM 06-12-95
COMUNICADO AO PLENO EM 13-12-95

1. RELATÓRIO

A direção da EEIPG Centro Educacional Machadinho, de Álvares Machado, DE de Presidente Prudente, solicita a convalidação dos atos escolares praticados pelos alunos da 1ª série do 1º grau, no período de 11-04-94 a 11-01-95, por ter funcionado sem autorização.

O pedido de autorização de funcionamento foi protocolado em 29-03-94, na extinta Divisão Regional de Ensino de Presidente Prudente, que designou Comissão de Supervisores para vistoriar o estabelecimento de ensino.

Tal Comissão constatou não ter sido atendido o prazo estabelecido no artigo 4º da Deliberação CEE nº 26/86, tornando inválidos os atos praticados pelos alunos.

A escola obteve autorização para funcionar mediante Portaria da extinta DRE de 30-12-94, publicada em 12-01-95.

A Supervisora de Ensino declarou que a professora da série em questão era habilitada, que o Diário de Classe estava em ordem e que o Calendário Escolar foi cumprido (fls 23).

Consta do processo lista dos 14 alunos que freqüentaram a 1ª série em 1994, com os respectivos históricos escolares, comprovando aprovação.

A Delegada de Ensino determinou fosse o processo encaminhado a este Conselho, através da CEI, o que não foi observado, contrariando o que prescreve a Resolução SE nº 39/93.

Conforme orienta a Indicação 02/95, em tais casos têm sido convalidados os estudos realizados pelos alunos.

2. CONCLUSÃO

Convalidam-se os estudos praticados pelos alunos da 1ª série do 1º grau da EEIPG Centro Educacional Machadinho, de Álvares Machado, DE de Presidente Prudente, no período de 11-04-94 a 11-01-95, durante o qual funcionou sem autorização.

2.2 Alertem-se as autoridades responsáveis pelo descumprimento da legislação.

São Paulo, 23 de novembro de 1995

a) *Cons. Mário Ney Ribeiro Daher*
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Francisca Antonio Poli, Francisco José Carbonari, Luiz Roberto da Silveira Castro, Marilena Rissutto Malvezzi e Marisa Philbert Lajolo.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 06 de dezembro de 1995.

*a) Cons. Luiz Roberto da Silveira Castro
Presidente*